



cadernos **IHU** idéias

**Atividade da sociedade civil
relativa ao desarmamento
na Europa e no Brasil**

An Vranckx

ano 4 - nº 54 - 2006 - 1679-0316

 **UNISINOS**

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor

Aloysio Bohnen, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Diretora adjunta

Hiliana Reis

Gerente administrativo

Jacinto Aloisio Schneider

Cadernos IHU Idéias

Ano 4 – Nº 54 – 2006

ISSN: 1679-0316

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Dáris Corbellini – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Prof. MS Laurício Neumann – Unisinos

MS Rosa Maria Serra Bavaresco – Unisinos

Esp. Susana Rocca – Unisinos

Profa. MS Vera Regina Schmitz – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Adriano Naves de Brito – Unisinos – Doutor em Filosofia

Profa. MS Angélica Massuquetti – Unisinos – Mestre em Economia Rural

Prof. Dr. Antônio Flávio Pierucci – USP – Livre-docente em Sociologia

Profa. Dra. Berenice Corsetti – Unisinos – Doutora em Educação

Prof. Dr. Fernando Jacques Althoff – Unisinos – Doutor em Física e Química da Terra

Prof. Dr. Gentil Corazza – UFRGS – Doutor em Economia

Profa. Dra. Hiliana Reis – Unisinos – Doutora em Comunicação

Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel – Unisinos – Doutora em Medicina

Profa. Dra. Suzana Kilpp – Unisinos – Doutora em Comunicação

Responsável técnico

Laurício Neumann

Revisão

Mardilê Friedrich Fabre

Secretaria

Caren Joana Sbabo

Editoração eletrônica

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

www.unisinos.br/ihu

ATIVIDADE DA SOCIEDADE CIVIL RELATIVA AO DESARMAMENTO NA EUROPA E NO BRASIL

An Vranckx

Melhorar o nível de corrupção de um país por um desvio-padrão [...] reduziria a taxa de homicídio em 50 por cento. Para o Brasil, isso implicaria uma redução de homicídios em mais de 10 mil por ano.¹

Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento

Observadores externos não podiam deixar de simpatizar com os esforços brasileiros para resolver o problema do abuso das armas de fogo, na medida em que esse abuso empurra seu país para os piores índices mundiais de homicídio. Viu-se uma gama de organizações da sociedade civil no Brasil cooperar com estratégias governamentais e mobilizar apoio público para iniciativas como a campanha da recompra de armas e o referendo de outubro de 2005 sobre a venda e posse de armas por civis.² No período imediatamente anterior ao referendo, o volume de atividades aumentou e expandiu-se por toda a sociedade, e assim emergiu e ganhou impulso um movimento brasileiro pelo desarmamento. Esperava-se que o impulso da atividade civil e governamental continuasse após o referendo.

O resultado do referendo de outubro, contudo, tornou inaplicável uma lei brasileira que procurara restringir a posse de armas por civis. Se este referendo tivesse sido considerado um fim em si mesmo, as perspectivas para a continuação do movimento seriam bastante desanimadoras. Numa leitura diferente dos eventos, porém, o referendo poderia constituir um catalisador para um movimento que procure melhorar a situação da segurança num sentido mais amplo. O debate e interesse público continuado poderiam inspirar iniciativas em áreas situadas além

1 Essa observação foi formulada por AZFAR, Omar. Corruption and Crime. In: Transparency International (Ed.). *Global Corruption Report 2005*. London & Ann Arbor, MI: Pluto, 2005. p. 287, ao comparar a maneira como, em diferentes países, as cifras de homicídios estão correlacionadas com índices de corrupção.

2 Informações detalhadas sobre o referendo encontram-se em RANGEL BANDEIRA; BOURGOIS, 2005.

da questão da disponibilidade de armas *stricto sensu* e passar a abordar problemas que estão intimamente relacionados com o abuso de armas de fogo e inclusive podem ser reconhecidos como suas causas. A experiência obtida em outros lugares sugere que ações com essa finalidade induzem mudanças no aparelho de segurança do Estado e na construção da capacidade institucional³, o que daria aos cidadãos brasileiros razões para, por fim, confiar a este aparelho o monopólio legal do emprego da violência. Este monopólio não existe em muitas das favelas das grandes cidades brasileiras e atualmente nem sequer é desejado, na medida em que “muitos moradores de comunidades de favelas dizem que temem a violência da polícia mais do que a dos traficantes de drogas”⁴. A ação da sociedade civil também poderia insistir para que mais oportunidades de formação e emprego fossem disponibilizadas para os segmentos da população que as têm poucas hoje em dia e pressionar para que se instalem mecanismos mais eficazes de supervisão pública, visando a combater a corrupção dentro das forças de segurança e ainda de outras instituições – para sugerir apenas alguns caminhos para uma ação continuada da sociedade civil.

Este trabalho contribui com algumas observações sobre o movimento pelo desarmamento que emergiu na Europa ao final da guerra fria (seção 1). Comparam-se aspectos deste movimento com a atual atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento no Brasil, e se faz um esforço no sentido de identificar lições – se há quaisquer – que a experiência europeia do movimento pelo desarmamento possa oferecer. A transformação do movimento europeu pelo desarmamento na era pós-guerra fria é retratada a seguir (seção 2), antes de concluir com sugestões para a cooperação em questões relacionadas com o desarmamento entre atores brasileiros e outros na presente era global.

O movimento europeu no final da guerra fria

Na Europa, como em outras partes, grupos a favor do desarmamento entraram em atividade tão logo começou a guerra

3 O exemplo da Colômbia é relevante para ter-se em mente, na medida em que os índices de homicídio diminuíram espetacularmente nesse país no passado recente. O fato de, no Brasil, não se ter conseguido aplicar uma legislação que restringisse o uso de armas foi comentado por observadores como o colombiano Barajas SANDOVAL (Referendo de armas tomar, *El Espectador*, 03-11-2005), que propôs “atuar tanto no terreno do fortalecimento cidadão em sentido institucional quanto no terreno da provisão de grandes doses de dignidade a setores marginalizados em sistemas econômicos que continuam abertamente organizados para dar opções de progresso a alguns e fechar as portas aos demais”.

4 WRIGHT, nov. 2005. A autora também menciona estatísticas que revelam que, só nos seis primeiros meses de 2005, 501 civis foram mortos durante operações policiais.

fria. Especialmente na Europa, no entanto, este tipo de ação da sociedade civil se transformou em um genuíno movimento pelo desarmamento no final da década de 1970 e adquiriu uma grande visibilidade e apelo de massa ao longo da década de 1980, ou seja, no auge e no fim da guerra fria. Um contexto geopolítico particular determinou consideravelmente as atividades do movimento.

Preocupação da guerra fria

A geopolítica da guerra fria forçou uma Europa ideologicamente dividida a participar de um aumento em gastos militares, algo que era, supostamente, do interesse de todos. No final da década de 1970 e no início da década de 1980, governos europeus em ambos os lados deste divisor (simbolizado pela Cortina de Ferro que atravessava Berlim) acederam a ordens de sua respectiva superpotência ideológica líder de instalar mísseis nucleares de médio alcance em seus territórios. Estas armas foram apontadas contra países europeus do “outro lado” da Cortina de Ferro de modo a dissuadir o outro lado de tomar uma medida que desencadearia o exercício de um poder militar devastador. Estas armas eram apresentadas como instrumentos para “manter os leões quietos” e não para serem efetivamente empregadas. Eram armas para impedir que o oponente ideológico realmente empregasse seus dentes, ao mostrar-lhe os seus próprios.

Muitas pessoas na Europa e alhures, principalmente nos Estados Unidos, acompanharam este raciocínio da guerra fria. Entretanto, muitas outras na Europa não se sentiam mais seguras quando seus países começaram a participar em um aumento de gastos militares. Em vez disso, o que estes cidadãos na Europa dessa época consideravam ser o perigo imediato para sua segurança era exatamente o alinhamento de mísseis nucleares em ambos os lados da Cortina de Ferro. Eles temiam que este aumento de gastos militares fosse fazer de seus territórios uma vez mais o “palco da guerra”. Tendo passado por duas guerras mundiais em seu passado recente, os europeus ansiavam por expressar sua preocupação. E como não era de esperar que as partículas radiativas resultantes de uma terceira guerra mundial travada com armas nucleares ficassem restritas a países europeus, eles entenderam como sua obrigação para com a humanidade fazer todo o possível para evitar uma guerra nuclear. Isso não era um fenômeno novo. Um sentimento paternalista de responsabilidade de carregar o peso do mundo sobre seus ombros já caracterizara os europeus em épocas anteriores.

Tendo como alvos entidades políticas locais, uma cidadania europeia preocupada defendia a recusa de instalar mísseis nucleares de médio alcance em seus territórios e a remoção das armas já instaladas em seus “quintais”. Ao fazer isso, os cida-

dãos não contestavam tanto a existência da guerra fria e da tensão. Eles se rebelavam contra a aquiescência de seus governos com a doutrina que definia a instalação de poder militar como a única maneira possível de lidar com essa tensão ou como a única opção para sobreviver ao perigo que, dizia-se, os cidadãos da Europa Ocidental estavam enfrentando (“o comunismo espreitando logo ali”). Muitos cidadãos da Europa preferiam que se investisse em uma saída alternativa da tensão que viesse a desfazer o perigo contra o qual seus países agora eram forçados a armar-se. Eles podiam conceber alternativas geopolíticas, contribuindo para a construção de uma União Européia (então ainda chamada de “Comunidade Econômica Européia”), a fim de tornar mutuamente dependentes as economias de Estados anteriormente inimigos e, deste modo, promover seus interesses na “convivência nos melhores termos”.

Construção de um movimento de massa

Mesmo que nem todos os europeus estivessem igualmente conscientes do problema e mesmo que somente dois de cada dez estivessem dispostos a demonstrar seu descontentamento nas ruas, isso ainda representava um grande número de pessoas. O descontentamento com a constelação da guerra fria ganhou em apelo e oferecia uma plataforma suficiente em torno da qual se podia construir um movimento de massa. Falando tecnicamente, os cidadãos da Europa protestavam nas ruas e em muitos outros lugares contra as decisões que seus governos haviam tomado ou com as quais haviam sido forçados a concordar. O que realmente, porém, queriam alcançar com seus atos de protesto se encontrava muito além daquilo que seus governos poderiam obter: desarmar, remover as armas de destruição em massa que os respectivos líderes dos blocos ideológicos montavam em toda a parte. O movimento de massa europeu pelo desarmamento emergiu por causa disso.

A melhor maneira de descrever esta pressão européia pelo desarmamento é salientar que ela emanou de um movimento composto por muitos tipos diferentes de organizações. Algumas delas tinham sido recém-criadas com o objetivo de desarmar, outros componentes eram organizações com uma longa história de atividades da sociedade civil, envolvendo outros temas, como os direitos humanos, os sindicatos de trabalhadores e as igrejas, que também se envolveram intensamente. Os componentes organizacionais deste movimento pelo desarmamento tinham várias colorações políticas, ideológicas e religiosas. Estas organizações cooperavam *ad hoc* e de forma temporária, mobilizando-se a favor do desarmamento em épocas cruciais, quando, por exemplo, organizavam uma marcha de massa logo após a instalação de novas armas nucleares que contrariava uma de-

cisão parlamentar. Cada uma das organizações mobilizava seus respectivos membros, fossem estes grandes grupos de pessoas como os de escoteiros, de sindicatos de trabalhadores e de organizações de cristãos praticantes, ou pequenos, como socialistas judeus e coletivos anarquistas. O movimento era abrangente e, como tal, enormemente representativo da cidadania européia, mas também era difícil de unir ou até mesmo de coordenar.

Comparação do movimento europeu pelo desarmamento com a atividade atual da sociedade civil no Brasil

A questão

O multifacetado movimento europeu que mobilizou apoio às questões relativas ao desarmamento estava preocupado com a “insegurança geopolítica” em geral e com os mísseis nucleares de médio alcance, instalados no território europeu, em particular. Ele não parecia preocupado com a presença, a produção, a venda, a posse e o abuso de armas leves. Mesmo que nações européias na época sofressem os efeitos de grupos do crime organizado de porte considerável que usavam armas ostensivamente, incluindo cartéis de drogas, não se cria que estes grupos houvessem ocupado áreas urbanas inteiras, e certamente não estavam causando taxas de homicídio em uma escala comparável às do Brasil. Na Europa, o monopólio do emprego da violência estava (e continua) nas mãos do Estado, que saía razoavelmente bem em proteger os cidadãos sem abusar deste poder.

O tipo de controvérsia

Por mais diferente que seja o assunto que causa preocupação, o que é comparável à situação no Brasil contemporâneo é o tipo de controvérsia social que se expressa com relação à segurança. Nem todas as pessoas na Europa acreditavam que as armas constituíam mais uma ameaça do que uma garantia para a segurança. Pelo menos dois pontos de vista estavam sendo articulados, defendidos por (1) aquelas pessoas que procuravam instalar “sua própria proteção” (mísseis em cada país europeu) *versus* (2) aquelas que procuravam desfazer as razões por que todos os países na Europa deveriam instalar seus próprios instrumentos para dissuadir outros de recorrer à violência.

Este formato de controvérsia social parece bem semelhante à discussão que acontece no Brasil, onde muitas pessoas crêem que sua segurança está garantida quando possuem sua própria arma, a qual podem adquirir com relativa facilidade e abertamente no Brasil e em países vizinhos. Na ausência de motivos para confiar na polícia e em outras forças de segurança do Esta-

do que têm o monopólio legal para usar a violência no Brasil, elas sustentam que os civis devem ter a permissão de comprar e possuir armas para se proteger contra outras pessoas que têm armas, incluindo aquelas que abusam das armas. Os motivos atribuídos a tais abusos dos portadores de armas, entretanto, apontam para causas sociais, que variam desde a “degeneração moral” até a “ausência de oportunidades para melhorar sua situação material, saindo da pobreza absoluta, caso não se infrinjam as regras do jogo pela força”. Essas causas são consideradas “moralmente erradas”, mas “reais, mesmo assim”, e, enquanto elas persistirem, permanece a crença de que é melhor buscar proteção contra o risco de tornar-se uma vítima. Procura-se, então, proteção por quaisquer meios possíveis – isto é, comprando, portando e, por fim, usando sua própria arma e/ou contratando uma companhia de segurança privada adequada para fornecer a proteção que os serviços de segurança do Estado não oferecem.

Alvo e meios de ação

O movimento pelo desarmamento atuante na Europa da guerra fria escolheu alvos diferentes daqueles focados no Brasil de hoje. Não tendo outro recurso, o movimento europeu pelo desarmamento tinha de levar sua ação para as ruas. As atividades tinham como alvo o ciclo de tomada de decisão política local, de políticos e de governos eleitos. Muitas pessoas, porém, na Europa tinham consciência de que a questão real a ser abordada estava além do poder das pessoas que tinham responsabilidades políticas nacionais. O movimento europeu pelo desarmamento “realmente” protestava contra a geopolítica. A geopolítica da guerra fria colocou os governos europeus num rumo a respeito do qual muitos cidadãos europeus podiam, na melhor das hipóteses, expressar sua frustração. Eles protestavam contra a natureza da liderança do bloco ideológico, visto que não podiam contestar as decisões dessa liderança de uma forma direta. Poucas pessoas em Washington se impressionavam com os milhões de cidadãos que um movimento de massa europeu pelo desarmamento conseguia colocar nas ruas e tampouco escutavam o que era dito pelos cidadãos aos quais se oferecia liberdade de expressão.

No Brasil contemporâneo, em contraposição a isso, e pelo menos à primeira vista, a questão que se coloca para o movimento pelo desarmamento é uma mudança da lei nacional sobre as armas por meio do ciclo democrático. A população inclusive está sendo consultada sobre esta lei no primeiro referendo

realizado no País.⁵ A sociedade civil procura mobilizar votos para uma outra opção. Indo além do referendo, grupos da sociedade civil têm como alvos políticos locais e os eleitores que fazem os políticos. E, no entanto, também quanto à situação brasileira em pauta, a questão teria que ser colocada sob uma perspectiva mais ampla e a pergunta reformulada da seguinte forma: As leis que a sociedade civil brasileira quer que os políticos redijam resolverão o “problema” que os cidadãos brasileiros querem que elas “realmente” ataquem? Será que isso realmente reduzirá a violência causada por armas de fogo que torna certas partes do Brasil lugares tão perigosos? Bastante parecido com o que ocorreu no caso do empreendimento europeu pelo desarmamento, o que a atividade da sociedade civil pode propor deve ser distinguido daquilo que “realmente deveria ser objetivado”. No Brasil, o alvo pode não ser tanto a venda e a posse de armas por parte de civis quanto a certas características problemáticas da sociedade brasileira. Estas são o produto de questões complexas, incluindo a desigualdade de oportunidades e uma relação problemática entre o Estado brasileiro e seus cidadãos.

Sucesso?

O movimento europeu pelo desarmamento é considerado exitoso. Ele uniu uma gama de organizações ideológica, profissional e politicamente heterogêneas em torno de uma única questão: um movimento de massa emergiu e mobilizou-se amplamente para expressar um protesto civil. Ele também foi bem-sucedido em ensinar as organizações a cooperar de uma forma mais eficaz, juntando recursos e trabalhando internacionalmente em rede. O movimento igualmente teve sucesso em obter muito espaço na imprensa européia, e especificamente o desarmamento tornou-se uma questão (entre outras, “movidas pela crise econômica”) devido à qual governos europeus renunciariam.

O movimento europeu pelo desarmamento é avaliado diferentemente, e até mesmo negativamente, quanto ao impacto do movimento sobre a “questão real”. Seu sucesso se limitou a expressar exitosamente o protesto e a frustração de cidadãos. Essa discordância pública, porém, não importava muito onde se tomavam decisões sobre a forma de travar a guerra fria. Os europeus podiam afastar seus governos mediante o voto, mas estes,

5 O Brasil ocupa uma posição singular no emprego da “democracia direta” para consultar a população sobre essa reforma jurídica, mas não na reforma de sua legislação sobre venda e posse de armas. Material básico útil para estabelecer comparações foi compilado pelo Centro de Diálogo Humanitário. Essa organização, com sede em Genebra, organizou um Encontro Internacional sobre a Regulamentação da Posse e do Uso de Armas Leves por Civis, no Rio de Janeiro (16-8 de março de 2005), em colaboração com o governo do Brasil, Viva Rio e Sou da Paz.

no final das contas, pouco tinham a dizer sobre a estratégia militar destinada a assegurar sua soberania. Este déficit democrático e a frustração resultante se assemelham, pelo menos parcialmente, ao que muitas pessoas na sociedade civil brasileira crêem a respeito da responsabilidade que está nas mãos daqueles para os quais sua ação está abertamente direcionada.

No entanto, a avaliação do movimento europeu pelo desarmamento como fracassado não é feita hoje⁶, tampouco teve que ser feita no final da guerra fria. Felizmente, a questão real sofreu um impacto de forças externas à busca do movimento pelo desarmamento: No final da década de 1980, o contexto geopolítico mudou drasticamente. Ele mudou por razões cuja influência do movimento pelo desarmamento não pode reivindicar tanto quanto o fizeram a implosão da ex-União Soviética e a chegada ao poder de Mikhail Gorbachev, em 1985, o qual encaminhou o acordo de 1987, que removeu todos os mísseis nucleares de médio alcance da Europa. A guerra fria foi oficialmente declarada acabada quando se derrubou o muro em Berlim e quando algumas Revoluções de Veludo mudaram o rumo político de várias nações no ex-bloco oriental. Estes processos políticos desfizeram a relevância dos mísseis que os europeus, em ambos os lados da ex-Cortina de Ferro, instalaram em seus quintais, apontando para os territórios de seus vizinhos.

As armas que haviam desencadeado o protesto nas ruas da Europa não foram desmanteladas inteiramente, e muitas ainda estão por aí, enquanto a pesquisa, visando ao desenvolvimento de armas nucleares mais novas, se revitalizou. No entanto, a avaliação dos cidadãos europeus sobre a probabilidade de que estas armas sejam empregadas e exterminem a humanidade, mudou notavelmente na era pós-guerra fria. O medo deles diminuiu, e os cidadãos assumiram compromissos com empreendimentos mais construtivos, participando em processos que acreditavam levar a uma paz mais sustentável. Países da Europa Oriental e Central estavam a caminho de se unir à OTAN e viriam, por fim (2004), aumentar a União Européia. O instrumento da integração regional foi empregado de forma mais ampla, tendo já interconectado exitosamente as economias de países anteriormente antagônicos, como a França e a Alemanha. Crê-se que esta conquista seja bastante relevante para explicar os 60 anos de paz e segurança que a Europa desfrutou desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Na década de 1990, evaporou a causa imediata (a instalação de mísseis nucleares em territórios europeus) com base na qual o movimento europeu de massa, visando ao desarmamen-

6 O movimento europeu ainda é tido como um capítulo bem-sucedido do “movimento global pelo desarmamento nuclear” num recente artigo que oferece uma visão panorâmica do movimento: WITTNER, 2004.

to, ganhara impulso. O impacto que o fim da guerra fria teve sobre o movimento era fácil de antever, dada a sua composição organizacional. A natureza de um movimento de massa sobre uma única questão é que seu apelo se dissolve tão logo ela deixe de ser mobilizadora.

Quando teve início a era pós-guerra fria, a maioria dos componentes organizacionais do movimento europeu pelo desarmamento voltou seu foco para aquilo que estavam fazendo antes que viessem a investir (parte de) suas atividades na plataforma do desarmamento. Eles voltaram a organizar trabalhadores, praticar escotismo etc. As organizações que haviam sido estabelecidas, tendo como seu primeiro objetivo a plataforma do desarmamento, em breve tiveram dificuldades para sobreviver ou, pelo menos, manter empregados seus funcionários.

Atividade relacionada com o desarmamento na era global

Os europeus levaram tempo para compreender que o fim declarado da guerra fria não tinha removido todos os obstáculos para a segurança global. No entanto, os obstáculos se tornaram claramente visíveis quando uma perspectiva européia sobre as coisas se abriu para uma perspectiva mais abrangente, global.

Transformação de percepções da guerra fria

Embora os cidadãos na Europa enfocassem a “tensão leste-oeste” que os envolveu em muitos anos de guerra fria, não ficaram totalmente impermeáveis ao que estava acontecendo alhures. Certas partes do mundo sofreram conflitos armados reais em vez da tensão imposta pela instalação de armas nucleares. A compartimentalização ideológica do mundo da guerra fria, contudo, prescrevia a maneira como a maioria dos europeus percebia conflitos armados que surgiam dos esforços de descolonização, das guerrilhas e dos movimentos separatistas atuantes na África e em outros lugares remotos. Estes pareciam derivados da guerra fria, obedecendo à mesma lógica da tensão ideológica que se sentia na Europa.

Na medida em que conflitos armados continuavam a ser travados na era pós-guerra fria, apresentavam-se novos conceitos e teorias explanatórias para interpretar o que estava acontecendo nas novas áreas de conflito do mundo, como nos Balcãs, na ex-União Soviética, mas principalmente na África. Estas chamadas “guerras novas” ou “violência organizada em uma era global”⁷ podiam ser atribuídas muito mais a razões econômicas do que a interesses (geo)políticos. Além disso, a ação armada

7 KALDOR, 1999.

não mais era vista como reservada a exércitos estatais responsáveis que se confrontavam com os exércitos igualmente responsáveis de outros Estados. Também se viam guerras novas colidir com o crime organizado e com violações de direitos humanos em uma escala sem precedentes desde a declaração destes direitos e desde que os instrumentos da lei humanitária internacional foram criados para impedir vítimas civis de guerras. Constatou-se, por fim, que o conflito armado também causava uma maré de pobreza, fome e doenças catastróficas, especialmente no Hemisfério Sul, exacerbando, com isso, o drama de situações que já eram afetadas por seca, clima seco, pragas de insetos e, sobretudo, pela fraqueza de autoridades estatais que se mostravam incapazes de cumprir suas responsabilidades essenciais para com seus cidadãos.

A natureza complexa e profundamente problemática destes novos conflitos armados não foi reconhecida por aquelas pessoas que continuavam a orientar-se por imagens de guerra e paz em guerras entre Estados com armas de alta tecnologia de destruição em massa, exércitos estatais responsáveis, questões políticas e outros assuntos de Estado. Pessoas demais por tempo demais acreditaram que estes problemas podiam ser resolvidos – idealmente – em foros internacionais, para onde representantes de nações antagonicas podiam ser convocados e resolver seus problemas, como havia sido o caso dos muitos acordos sobre armas nucleares e outras armas de destruição em massa que haviam sido assinados em comissões especializadas das Nações Unidas.

Em contraposição a isso, os conflitos armados que colocavam em perigo tantos lugares no Hemisfério Sul não estavam sendo travados com armas modernas de destruição em massa, mas com armas convencionais, relativamente baratas, de baixa tecnologia, leves e fáceis de manusear. Não se tratava de armas novas, pois elas sempre haviam sido disponibilizadas para grandes exércitos da guerra fria, na União Soviética e seus aliados ideológicos, bem como no bloco dos aliados ocidentais. Estes exércitos não entraram em ação na estratégia geral de dissuasão e contenção e estavam sendo lentamente desmobilizados na nova era, deixando legiões de desempregados que eram treinados para usar armas convencionais de pequeno porte. Alguns soldados desmobilizados da guerra fria acabariam por fazer aquilo para o qual haviam sido treinados. Eles alugavam suas aptidões para outros que não as autoridades estatais que os haviam treinado originalmente, trabalhando como mercenários a serviço de empresas militares.

Reconheceu-se um legado especialmente problemático da guerra fria nos grandes estoques de armas convencionais que

havam sido produzidas em massa para estes grandes exércitos.⁸ Estas armas começaram a entrar num “mercado negro” global, principalmente armas de pequeno porte e armamento leve. Sobretudo na Europa Oriental e na ex-União Soviética, evidenciou-se que era fácil roubar estes estoques. Estas armas estavam sendo contrabandeadas para o exterior e eram vendidas para quem quer que colocasse dinheiro sobre a mesa. Estes indivíduos que intermediavam tais negócios com armas, muitas vezes, eram cidadãos da Europa (Ocidental), que faziam uso inteligente da infra-estrutura de transportes da Europa e das muitas lacunas existentes entre jurisdições nacionais que tentavam impedir vendas problemáticas de armas.

Um “mercado branco” legal pós-guerra fria para armas também envolveu a Europa. A produção e a exportação de armas continuaram sendo uma importante atividade econômica em várias nações européias, tanto em locais de produção privados quanto estatais. Esta produção e venda de armas permaneceram sujeitas ao licenciamento para exportação oficial e aprovado pelo governo. Os critérios para definir os países que eram considerados habilitados para importar armas não eram claros. Levou tempo demais até que leis européias de exportação de armas definissem estes critérios, que nem sequer eram seguidos por aqueles que forneciam licenças oficiais de exportação, por exemplo, autoridades européias.

Infelizmente, nem a produção e exportação européia de armas, nem o emprego final destas armas no resto do mundo constituíram uma causa imediata de preocupação para um grande segmento da população européia. O anseio de agir localmente na Europa para combater perigos que afetam a humanidade em uma escala global tinha perdido o apelo que havia desfrutado no auge da guerra fria. O movimento europeu que defendera o desarmamento, quando seus próprios quintais estavam ameaçados, perdera seu ímpeto. As poucas organizações remanescentes que tinham constituído aquele movimento na era da guerra fria ainda não tinham condições de remobilizar-se de acordo com percepções emergentes da insegurança global.⁹ Esta incapacidade parece tristemente irônica, pois vê-se que a era pós-guerra fria interconecta todas as partes da globo de uma forma mais intrincada.

8 Uma avaliação da importância da produção em massa no ramo de armas encontra-se em ELLIS, 1975. HOGG; GANDER, 2005, é uma obra de referência para reconstituir as datas – na maior parte, no início da Guerra Fria – da invenção e produção das armas de pequeno porte e leves que, por fim, tornaram-se as mais populares e usadas entre grupos do crime organizado e outros atores não-estatais na América Latina.

9 Uma indicação de que algumas mudanças estão a caminho nos primeiros anos do novo milênio é explorada mais abaixo.

Nesta era global, porém, ficou evidente que estamos muito longe de todos os cidadãos se beneficiarem das oportunidades da livre empresa e do livre comércio. Os processos de globalização pioram a desigualdade de acesso às – raras – oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico. Em vários países do Hemisfério Sul, e especialmente em países com uma autoridade estatal fraca, uma parcela da riqueza é saqueada antes que possa ser investida em responsabilidades estatais essenciais para o benefício de todos. Parte deste saqueio ocorre em parceria com forças de segurança renegadas do Estado, enquanto a comercialização de recursos roubados acontece de forma relativamente fácil com a ajuda de redes do crime organizado que operam em uma escala transnacional e levam tais recursos para mercados globais respeitáveis, vendendo-os para consumidores europeus e outros. Ganhos ilícitos e outras rendas não-declaradas, entretantes, continuam a circular pelo globo em redes financeiras.

A globalização de oportunidades de comércio e os “riscos” que estas implicam não estão sendo convincentemente equiparados pela cooperação internacional de instâncias judiciais e de imposição da lei. Uma abordagem neoliberal da governança, que a era global defende, favorece fortemente “Estados enxutos” que invistam o mínimo possível em instituições estatais para controle e policiamento. Estas instituições, ademais, operam em escala nacional, isso quando operam (cf. o problema do “Estado fraco”), e têm, no melhor dos casos, procedimentos definidos para a cooperação entre diferentes entidades nacionais. Lacunas nas capacidades de imposição da lei e deficiências na cooperação internacional por parte de autoridades nacionais em áreas como a imposição da lei e justiça são rotineiramente (ab)usadas por comerciantes desonestos.

Organização da ação da sociedade civil para o desarmamento na era global

O movimento europeu pelo desarmamento não pôde ser reunido em torno de questões relacionadas a armas que causam problemas em “lugares distantes” na América Latina, África e Ásia, na medida em que as pessoas que se organizaram na Europa, não se percebiam sob uma ameaça imediata. Contudo, vários dos componentes organizacionais do movimento europeu anterior ganharam um novo ímpeto quanto a questões relacionadas ao desarmamento e participam em redes globais para ação.

Uma série de organizações na Europa que costumavam concentrar suas atividades em ajuda para o desenvolvimento, direitos humanos e solidariedade com o Hemisfério Sul agendam questões de segurança. Eles percebem que os obstáculos

ao desenvolvimento socioeconômico sustentável estão estreitamente vinculados com conflitos armados. Entrementes, constata-se que especificamente a produção, a exportação e o tráfico de armas leves convencionais interessam várias organizações que têm sua sede na Europa. Esse interesse manifesta-se em empreendimentos como o *Small Arms Survey* [Levantamento sobre armas leves] que o Geneva Graduate Institute for International Studies [Instituto de Pós-Graduação em Estudos Internacionais de Genebra] começou a publicar em 1999, para “obter e comunicar em toda a sociedade civil e entre os atores governamentais uma melhor compreensão do uso e impacto de armas leves”.¹⁰ ONGs e organizações de pesquisa especializadas contribuem para este *Survey*. Em 2005, instituições de ação especializadas, organizações de direitos humanos e desenvolvimento socioeconômico sediadas na Europa estavam no processo de juntar suas consideráveis capacidades de defesa de direitos em uma campanha pelo controle de armas que aspira a gerar impacto global.¹¹ A campanha pelo controle de armas pressiona os governos para concluir um Tratado de Comércio de Armas (ATT – Arms Trade Treaty), que estabelecerá claras restrições a todo comércio com armas convencionais.

Estas contribuições européias e outras semelhantes para a formação de redes globais têm a ver com uma gama de iniciativas relacionadas com o desarmamento que surgem de uma variedade de organizações, algumas formadas recentemente, outras com tradições mais longas. Uma organização deste último tipo é descrita nos próximos parágrafos, que apresentam um estudo de caso com uma advertência, visto que este caso é apenas um entre outros que poderiam ser mostrados sobre atividades civis do pós-guerra fria relacionadas com o desarmamento. Descreve-se a transformação de uma organização que, no passado, serviu ao movimento europeu pelo desarmamento na época da guerra fria em uma organização que passou a realizar um trabalho relacionado com o desarmamento que é considerado mais relevante para a era global.

10 A mais recente dessas publicações é *Small Arms Survey 2005 – Weapons at War*. Oxford University, 2005. 341 p. O *Small Arms Survey 2004 – Rights at Risk*, Oxford University, 2004. 335 p. contém uma subseção que enfoca o Brasil: *Regional Survey: Small Arms Production in Latin America* (p. 16-26).

11 A campanha pelo controle de armas é dirigida conjuntamente por Anistia Internacional, por Oxfam e pela Rede de Ação Internacional sobre as Armas (IANSA – International Action Network on Small Arms). Espera-se que ela culmine em atividades a serem realizadas ao longo de 2006. Todas as notícias sobre a campanha podem ser obtidas em www.controlarms.org

O Serviço Internacional de Informação sobre a Paz (IPIS)

O Serviço Internacional de Informação sobre a Paz (IPIS) foi estabelecido no coração da Europa no final da década de 1970 e passou a dedicar-se ao movimento europeu pelo desarmamento. A expansão ampla e heterogênea de grupos da sociedade civil do movimento pelo desarmamento que representavam diferentes colorações políticas, ideológicas e religiosas já foi descrita na primeira seção como uma expansão que era difícil de unir e coordenar. Um grupo de organizações neste movimento conseguiu reunir recursos no IPIS para documentar e investigar questões relacionadas ao desarmamento. O IPIS fornecia este serviço para todas as organizações dentro do movimento pelo desarmamento que procuravam estar bem-informadas sobre as questões de seu interesse. Acreditava-se que organizações bem-informadas estariam numa posição mais forte para enfrentar decisões políticas e outras relacionadas a armas e desarmamento.

O IPIS se estabeleceu na Bélgica, mas a organização priorizou a dimensão “internacional”. A Bélgica é um país pequeno onde os cidadãos conscientes tendem a olhar para além da fronteira e participar ativamente em contextos internacionais, e o movimento pelo desarmamento não se limita a um único território nacional. Além de ser internacional em seu interesse e aspirações, o IPIS era necessariamente pluralista. A organização tinha de cooperar com e trabalhar para todas as pessoas que participavam deste movimento pelo desarmamento. Ela foi forçada a adotar o pluralismo e a neutralidade ideológica.

Em seus primeiros anos de serviço ao movimento europeu pelo desarmamento, o IPIS praticamente não realizou pesquisa. Ele coletava informações disponíveis em outros lugares, incluindo boletins informativos dos componentes organizacionais do movimento em diferentes países. Seu centro de documentação também armazenava publicações oficiais sobre a atividade pelo desarmamento das Nações Unidas e esforços bilaterais (“conversações de paz”). Os funcionários do IPIS liam, acompanhavam e estudavam as matérias sobre o que estava acontecendo e tornaram-se uma boa fonte de informações para a imprensa, que, por sua vez, ajudava o movimento pelo desarmamento a assumir e manter uma presença forte no noticiário.

O IPIS documentava, com consideráveis detalhes, as armas que estavam sendo desenvolvidas. Acompanhar isso não era simples, pois a corrida armamentista se dava em alta velocidade e era impelida por inovações. Os direitos humanos também eram um tópico da atividade do IPIS, embora os cidadãos da Europa Ocidental tivessem poucos problemas nesta frente. Eles pareciam mais preocupados com as pessoas que viviam no Bloco Oriental e sob certos regimes latino-americanos que abusavam do monopólio do poder estatal.

O IPIS jamais trabalhou de forma isolada e mantinha contato com organizações no exterior que tinham interesses e atividades similares. Isso incluía organizações sediadas em “território inimigo”, que algumas pessoas no movimento consideravam ser “o outro lado da Cortina de Ferro”, enquanto outras do mesmo movimento consideravam que este território inimigo eram os Estados Unidos (ou sua superpotência líder antagônica) que impunham à Europa uma corrida armamentista da qual poucos europeus desejavam participar. O IPIS também ajudou a estabelecer centros de informações semelhantes na Hungria e na Romênia.

No final da guerra fria, o IPIS poderia ter se dissolvido juntamente com o movimento pelo desarmamento, embora o mundo estivesse longe de estar completamente desarmado. As organizações que compunham o movimento pereceram ou assumiram outro enfoque. Seu serviço de informação estava a caminho de parar de funcionar, se não tivesse conseguido tornar-se relativamente autônomo de seus primeiros fundadores, e começou uma segunda vida, que o colocaria em uma trajetória de pós-guerra fria. Pode se mostrar que esta trajetória tem relevância para as atividades da sociedade civil brasileira pelo desarmamento.

A pesquisa do IPIS na era global

Em meados da década de 1990, o IPIS se transformara em uma organização que realizava pesquisa e consultoria mediante contrato a preço de custo e alguns modestos subsídios. Continuava a trabalhar a pedido de ONGs e entidades (inter)governamentais e oferecia serviços de consultoria sobre questões específicas dentro da complexa interação de conflitos armados e (obstáculos ao) desenvolvimento socioeconômico.

Os conflitos armados escrutinados pelo IPIS geralmente envolviam mais do que forças de segurança do Estado, que, segundo se crê, lutam usando recursos provenientes da arrecadação de impostos e reivindicam fazê-lo por solicitação totalmente responsável das autoridades de Estado que as controlam. Os grupos armados não-estatais, que constituíam as outras facções nestes conflitos armados, não estavam nesta mesma função. Uma pergunta que intrigava, então, era o que e quem financiava a ação armada de facções não-estatais. Acabou-se o tempo em que a insurgência podia prosperar baseada em compromisso voluntário (idealismo como o “anticomunismo” ou sua contraparte, que seus proponentes tendiam a descrever como “internacionalismo”, conforme as “Internacionais” comunistas), e igualmente pertencem ao passado os dias em que se podia contar ou com a CIA, ou com a KGB para financiar rebeliões no respectivo campo ideológico do outro. Não surpreende que se possa ver que grupos armados não-estatais da era pós-guerra fria perdem mais cedo ou mais tarde sua mensagem política ou ideológica, e

depois disso parecem “estar envolvidos apenas por causa do dinheiro”, sendo difícil distingui-los de cartéis do crime organizado.

Seguindo a trilha do dinheiro para as novas guerras da era global, o IPIS investiga o que mantém estes conflitos armados em andamento. Ele descreve os mecanismos por meio dos quais dinheiro para comprar armas e pagar soldados (particulares) é canalizado para estes conflitos, como economias de guerra criminosas impedem o “desenvolvimento socioeconômico normal” e, em vez disso, geram interesses (da minoria) para fazer os conflitos continuarem. O IPIS procura desmascarar como governos, organizações, empresas e indivíduos – principalmente, mas não só europeus – estão envolvidos no financiamento e fornecimento de armas de conflitos armados. Nisso, desperta interesse especial o papel desempenhado por empresas de transporte, organizações mercantis e empresas que processam minerais para vendê-los em mercados respeitáveis. O foco da pesquisa está em facções vinculadas com a Europa, que podem ser vistas mais facilmente em um ambiente europeu, mediante uma prática conhecida como “nomear e fazer passar vergonha”.

A finalidade do desmascaramento destes mecanismos é perturbá-los, ao inspirar ações para desfazer o envolvimento das facções desmascaradas nestes conflitos armados. Isso em si não acarreta a expectativa de que as causas básicas mais profundas para conflitos armados contemporâneos possam ser desfeitas pela atividade da sociedade civil ou inclusive pelo envolvimento governamental na Europa. Tais causas básicas explicam por que grupos privados roubam recursos e comercializam-nos apenas para seu ganho próprio, por que tais grupos preferem investir em uma guerra que serve aos seus interesses de minoria em vez de contribuir para o bem coletivo e o bem-estar de todas as pessoas em seu país. Estas explicações apontam para Estados fracos e irresponsáveis, exclusão social e econômica e fatores relacionados a eles. Estes fatores coincidem com práticas em que atores não-estatais ilegais armados do tipo problemático roubam e então comercializam recursos que extraem no terreno que controlam em um determinado momento do desenvolvimento de um conflito. O termo que passou a ser usado para designar este fenômeno é “*commodities* saqueáveis”.¹²

Nem todos os recursos são igualmente fáceis de saquear. O petróleo, por exemplo, é visto como um motivo que leva Estados à guerra, mas não é uma *commodity* que seja saqueável por atores não-estatais ilegais como, por exemplo, guerrilheiros e forças paramilitares. Sua exploração é tecnicamente complexa. Ela requer investimento de longo prazo (dinheiro e *know-how*)

12 Cf. o estudo impactante publicado pelo economista de Oxford Paul Collier e por Anke Hoefler no Banco Mundial sob o título *Economic Causes of Civil Conflict and Their Implications for Policy*, jun. 2000.

em *joint ventures* com empresas petrolíferas multinacionais que são seletivas quanto àqueles com quem cooperam, na medida em que são limitadas a fazer negócios com as autoridades de Estados, mesmo que estes disponham de regimes não-democráticos. Concessões que devem ser obtidas para locais de exploração são obtidas tão-somente com autoridades estatais, e preferencialmente para a duração inteira do ciclo de exploração. Tais concessões normalmente não são procuradas nas areias movediças de facções particulares em guerra. E como não há muito que fazer com o petróleo extraído a não ser que se tenha acesso à infra-estrutura para o refino, transporte e venda, a exploração de campos de petróleo geralmente é feita em cooperação com empresas multinacionais respeitáveis. Atribui-se ao acesso à água potável limpa um potencial para desencadear conflitos e/ou contribuir para alimentar a dinâmica em conflitos já existentes, como na situação israelense-palestina. Ao passo que costumava ser relativamente fácil explorar fontes de água doce natural, o acesso à água potável segura está se tornando uma questão mais problemática. A distribuição de água potável em áreas urbanas densamente povoadas exige uma infra-estrutura sofisticada e custosa de manter. Empresas e *holdings* multinacionais estão se tornando mais atuantes neste negócio, comercializando serviços de distribuição de água potável a um preço que a põe fora do alcance da população urbana de baixa renda. Tal privatização do acesso à água potável torna-se, com isso, uma fonte de agitação em potencial, mas não torna a água um “recurso saqueável” que financie grupos não-estatais ilegais e solape autoridades do Estado.

Indubitavelmente saqueáveis são pedras preciosas como, por exemplo, os diamantes. Bastantes depósitos de diamantes brutos, ainda que longe de constituírem a totalidade, estão localizados em partes do mundo dilaceradas pela guerra (Serra Leoa, Libéria, Angola, Congo). Essas pedras preciosas são relativamente fáceis de serem extraídas, contrabandeadas para fora do país de origem e introduzidas em um circuito de comércio internacional onde se pagam belos preços por diamantes brutos. Verificou-se que uma parte destes lucros retorna para as facções que as extraíram e/ou contrabandearam para fora do território onde podiam, então, continuar a travar “suas” guerras.

Era difícil retratar este comércio ilegal sem lançar luz sobre redes de comércio que operam não somente em contextos criminalizados dilacerados pela guerra. Estas redes necessitam ter um lado respeitável alhures, onde se ganha o dinheiro. Este lado respeitável pode estar “logo ali na volta da esquina”. E isso também literalmente, dada a proximidade dos escritórios do IPIS em Antuérpia com os quartéis-generais da câmara internacional e de pontos de comércio de diamantes, onde mais de 85% dos diamantes brutos do mundo trocam de mãos. É de esperar que uma

parte comparável dos chamados “diamantes de conflito” do mundo possam ser, portanto, comercializados naquele mesmo lugar e inseridos no sistema internacional, em outros sentidos respeitável, do comércio de diamantes. Obter amplo apoio para fazer alguma coisa quanto a esse envolvimento no financiamento de conflitos provou ser difícil. Comprovou-se que é quase impossível fazer o governo agir de uma forma que pudesse criar obstáculos para um setor econômico que é importante para a economia belga.

O IPIS examinou aspectos do hermético sistema de comércio de diamantes, a fim de informar e conscientizar as pessoas sobre os esforços das Nações Unidas para embargar o comércio de diamantes brutos importados da parte de Angola dominada pela UNITA e posteriormente também de outros países envolvidos em conflitos armados. Essa pesquisa acabou por estimular a participação de organizações especializadas da sociedade civil que podiam ameaçar abalar a imagem pública da indústria de diamantes (como já acontecera com a indústria de peles). Essas ameaças não foram realmente colocadas em prática, pois a indústria de diamantes se mostrou acessível e cooperou em um mecanismo “tripartite” mediante o qual a sociedade civil, governos e a indústria de diamantes instalaram um sistema para certificar os locais de extração de diamantes. Este mecanismo é conhecido como o “Processo de Kimberley”. Ele recebeu o nome de um local de extração de diamantes na África do Sul onde se realizaram reuniões para instalar um sistema de certificação da origem de diamantes. Esses certificados são obtidos tão-somente para diamantes extraídos e vendidos com o consentimento dos governos dos territórios de extração, de modo a excluir atores não-estatais da possibilidade de obter lucro. Esse mecanismo fechou a porta por meio da qual diamantes extraídos de áreas de conflito por atores não-estatais costumavam ser vendidos no mercado internacional de diamantes.

O IPIS também pesquisou a extração e o comércio de materiais menos vistosos, como o tantálio de columbita (ou COLTAN), um mineral que é usado em componentes semicondutores de telefones celulares. Este mineral costumava ser extraído no Congo Oriental dilacerado pela guerra. Também se investigaram a extração e o comércio de minerais menos conhecidos, como a heterogenita e o germânio. Especialmente na região dos Grandes Lagos Africanos, a extração desses minerais raramente gera renda para as pessoas que vivem nas áreas de onde eles são extraídos. Os lucros do comércio com esses recursos ficam, em grande parte, nas mãos de particulares ou são investidos no caos prolongado do conflito que serve patentemente bem a certos interesses privados.

Na América Latina, o IPIS investigou mecanismos para financiar conflitos armados que procedem do comércio de dro-

gas ilegais e da chamada indústria do seqüestro.¹³ Parte desta pesquisa, realizada a pedido de uma ONG holandesa de defesa de direitos humanos, procurou promover um código de conduta para lidar com situações de seqüestro com fins de extorsão. Esse código teria que ser seguido então por multinacionais européias que operam na Colômbia e por governos que tendiam a envolver-se na negociação da libertação de vítimas de seqüestro. O lançamento do relatório da pesquisa em toda a Europa mostrou-se um tanto controverso, na medida em que ajudou a revelar o que ainda não era evidente para muitos europeus então, ou seja, que a rebelião praticada em uma parte específica da América Latina usa idéias “revolucionárias” e a ideologia de uma forma ornamental, na melhor das hipóteses. Nessa época, no final da década de 1990, esta conclusão não foi bem aceita pelas concepções mais românticas a que grupos de solidariedade Norte-Sul na Europa preferiam se apegar com relação ao que estava acontecendo na Colômbia. Tais conclusões não tornaram o IPIS popular nestes grupos de solidariedade nem com os profissionais de organizações de ajuda para o desenvolvimento, para dizer o mínimo.

Um segundo campo de conhecimento especializado do IPIS se concentrou em armas convencionais usadas em guerras de insurgência e outros tipos de guerras novas de difícil solução, incluindo situações que lembram a Máfia. Uma ferramenta aplicada com esta finalidade é a análise de estoques de armas leves, munição, minas terrestres e ainda outras armas que autoridades do Estado interceptam e apreendem. Essa pesquisa esclareceu os aspectos específicos da produção e exportação européia de armas, incluindo o fenômeno da produção de armas mediante licença, produzidas a um custo inferior alhures. Esta prática de produção mediante licença passou a ser amplamente empregada para tornar mais autônoma a produção local de armas na América Latina, Indonésia, África do Sul etc. Em todos esses lugares, é notória a produção mediante licença de submetralhadoras e munição belga (como os modelos 7,62mm e 5,56mm da OTAN, dos quais uma empresa belga tem as patentes).

A pesquisa do IPIS ajudou a estabelecer até que ponto as fábricas européias de armas produzem, ou pelo menos projetam, as armas que mais tarde aparecem em lugares problemáticos do mundo todo. Esse tipo de pesquisa documenta como armas européias empregadas pelos usuários mais problemáticos de armas na América Latina são, ou importadas, ou montadas, ou inteiramente fabricadas sob esquemas de produção mediante licença européia em, *inter alia*, diferentes países da América

13 Os resultados da pesquisa foram publicados em *The Kidnap Industry in Colombia: Is it Any of Our Business?* Utrecht, 2001. 120 p.

Latina.¹⁴ Essas armas européias atualmente são apreendidas de exércitos particulares e outros atores não-estatais e encontram-se em uso entre cartéis do crime organizado, como, por exemplo, cartéis do tráfico de drogas no Rio de Janeiro e, ao longo da fronteira entre o México e os EUA, mas também entre movimentos guerrilheiros e grupos paramilitares de *autodefensa* na Colômbia. E, no entanto, as leis européias de exportação de armas se destinam a impedir esta difusão capilarizada de armas.

Entrementes, verificou-se que os europeus fizeram sua parte no negócio ilegal de venda de armas, enquanto a infra-estrutura européia de transporte – ou simplesmente o território – era bastante usada por vendedores ilegais de armas de outras nacionalidades ainda, como, por exemplo, um famoso ex-oficial da KGB nascido no Tajiquistão que se tornou homem de negócios e possui uma grande frota privada de aviões de transporte, sendo geralmente conhecido pelo nome de “Victor B”. Os negócios de armas tinham sua fonte em ex-arsenais do bloco oriental que são guardados, na melhor das hipóteses, por (ex-)militares corruptíveis – a herança da guerra fria “aprontando” de novo.

A coincidência de encontrar comerciantes de armas ilegais e infra-estrutura em sua vizinhança geográfica deu ao IPIS oportunidades de pesquisar o tráfico ilícito de armas de pequeno porte. O conhecimento acumulado nesta área foi ampliado posteriormente mediante pesquisa de campo em outros lugares sobre como as armas passam de um conflito civil para o próximo mercado e para bazares de armas de mercados negros. Os funcionários do IPIS contribuíram para um livro revelador que retratou o problema da intermediação na venda de armas,¹⁵ uma prática que está implicada na maior parte do tráfico de armas ilícitas.

Em tudo isso, o IPIS demonstrou haver vínculos entre conflitos armados em lugares altamente problemáticos e armas que eram produzidas na Europa e exportadas de lá com certificados de exportação oficiais aprovados pelos governos. Estas descobertas da pesquisa têm um potencial de suscitar a indignação pública, e uma parte significativa deste público provavelmente levará em consideração estas informações na próxima vez que eleger seus representantes no processo político. Na medida em que os políticos são penalizados por exportações de armas que foram permitidas pelas leis que eles aprovam, eles têm interesse em melhorar as leis de exportação de armas.

A finalidade destas e de descobertas afins sobre o comércio de armas é inspirar que as leis que regulam a exportação de armas da Europa sejam refeitas. Essas leis também cobrem o licenciamento de produção em outros lugares. Leis rigorosas e, no entanto, realistas sobre a exportação de armas impediriam

14 Um panorama dessas práticas encontra-se em VRANCKX, 2005.

15 WOOD; PELEMAN, 1999.

que armas européias continuassem a ser exportadas para lugares problemáticos ou grupos problemáticos ou a ser reexportadas de onde quer que produtores europeus pensem que podem vendê-las sem serem responsabilizados por alimentar conflitos civis. Esta pesquisa também procura inspirar códigos de conduta europeus relativos à mesma matéria e ferramentas jurídicas para perseguir vendedores de armas ilegais que operam entre os países. Para que tais ferramentas funcionem, todavia, é preciso que haja mais empenho na cooperação internacional, como o apoio de uma jurisdição extraterritorial reivindicado por autoridades nacionais. Permanece a dúvida sobre a eficácia de leis nacionais para fazer parar os vendedores de armas atuantes na presente era global.

O que foi exposto acima fornece ainda menos razões para reivindicar-se que a pesquisa do IPIS evita vendas (ou reexportações) de armas para atores problemáticos. As descobertas de sua pesquisa somente podem inspirar indignação pública sobre transações que já aconteceram, ou seja, quando já é tarde demais para fazer muita coisa a respeito delas. Documentar o que exatamente aconteceu de errado e despertar a consciência pública a respeito de tais processos são apenas ferramentas para inspirar leis mais eficazes sobre armas. Leis bem feitas e sua imposição meticulosa podem impedir que vendas futuras de armas se encaminhem mal da mesma forma como se documentou ter acontecido no passado. É óbvio que os negócios podem sair mal ainda de outras maneiras, visto que os traficantes de armas provavelmente vão reagir a leis mais rigorosas com novas estratégias para contornar restrições há pouco impostas. Outro problema ainda é a medida em que as leis sobre a exportação de armas são efetivamente obedecidas na prática. O melhor que uma organização como o IPIS pode fazer é documentar como as leis sobre a exportação de armas são colocadas em prática e, dessa maneira, apresentar as informações que são relevantes para a supervisão pública.

Trabalho em rede e divisão de tarefas

A história organizacional e a trajetória de pesquisa do IPIS são bastante singulares. No entanto, o caso do IPIS exemplifica uma linha ampla da atividade da sociedade civil quanto ao desarmamento na era global. O IPIS, ademais, é um nó nesta rede global para a ação. A organização interage com muitas outras organizações na Europa e outros lugares, tanto para sua pesquisa quanto para atividades que visam a valorizar esta pesquisa.

O IPIS colabora com uma série de institutos de pesquisa especializados em todo o mundo para obter e trocar dados para análise. Procura-se acessar o maior número possível de fontes, e este esforço não se restringe a consultar somente “fontes aber-

tas”. As informações são checadas no local do conflito por informantes localizados na área geográfica de interesse e mediante o estabelecimento de contato direto com atores em conflitos armados, inclusive com traficantes de armas. Esses esforços asseguram a entrada de uma ampla quantidade de informações, enquanto a combinação e a comparação de fontes aspiram a oferecer uma interpretação que seja a mais confiável possível.

Para a produção de sua atividade de pesquisa, o IPIS colabora com vários tipos de atores externos. Uma categoria importante é a imprensa. Os jornalistas geralmente valorizam o IPIS por explorar fontes que não costumam chegar facilmente à grande mídia.

O IPIS interage com organizações intergovernamentais, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas, quando contribui para painéis de especialistas que controlam embargos ratificados pela ONU. Trabalho semelhante é feito para grupos parlamentares em certos países europeus. Membros do parlamento de nações exportadoras de armas são, às vezes, informados pelo IPIS sobre os locais em que armas exportadas são mais tarde encontradas em uso. Espera-se que estas informações inspirem leis sobre a exportação de armas que estabeleçam critérios pelos quais os governos podem conceder licenças de exportação de armas.

Por último, mas não menos importante, o IPIS colabora com ONGs internacionais que se especializam em campanhas do tipo “nomear e fazer passar vergonha”. Com relação a tais colaborações, respeita-se uma clara divisão de tarefas: O IPIS fornece informações, consultorias e relatórios de pesquisa, mas se abstém de procurar seu próprio lugar na ribalta do cenário de campanha. Em vez disso, o IPIS trabalha por meio de ONGs de defesa de direitos e coalizões *ad hoc* de campanhas internacionais em que várias organizações de ajuda para o desenvolvimento (de “solidariedade”) e grupos que defendem os direitos humanos juntam forças. Um exemplo é a campanha *Fatal Transactions* [Transações Fatais], que mobilizou a ação de consumidores para influenciar o comércio de diamantes. Esta campanha ajudou a assegurar que a indústria de diamantes se sujeitasse aos embargos das Nações Unidas para impedir a comercialização de “diamantes de conflito”, extraídos de zonas controladas por atores não-estatais armados ilegais (como a UNITA em Angola e a RUF em Serra Leoa, por exemplo). A coalizão de campanha foi iniciada por ONGs na Alemanha, no Reino Unido e nos Países Baixos, que se uniram posteriormente a ONGs na Espanha e na Bélgica.

Na mesma linha de atividade de campanha, situa-se a iniciativa de Controle de Armas em que os escritórios da Anistia Internacional de diferentes países (em sua maioria, europeus), juntamente com diferentes capítulos da OXFAM, colaboram com

a Rede de Ação Internacional sobre as Armas (IANSA), que, por sua vez, reúne o *know-how* de organizações e indivíduos preocupados com a disponibilidade de armas (leves) em lugares problemáticos. O IPIS obviamente se classifica como uma das organizações que têm essa preocupação.

O IPIS não participa da linha de frente desta e de campanhas semelhantes, pois a organização prefere ficar no segundo plano. Esta atitude também é motivada pela crença de que a qualidade da pesquisa é garantida de forma melhor se não tem que levar em consideração o eventual valor das descobertas da pesquisa para uma campanha de defesa de direitos. Nesse aspecto, a pesquisa do IPIS se aproxima do desinteresse e da qualidade a que aspiram centros de pesquisa acadêmicos. Os métodos que o IPIS aplica no trabalho empírico de estudos de caso são idênticos aos empregados por institutos acadêmicos. As diferenças estão nos objetivos e no tipo de publicações que resultam da pesquisa.

Vinculação dos esforços brasileiros com a atividade global e outras conclusões experimentais

Esta análise pode intrigar por aquilo que não expôs: ela não pôde apresentar um “modelo” europeu, nem mesmo um candidato a parceiro de cooperação para o movimento brasileiro que atualmente mobiliza a ação de massa para atacar o problema do abuso de armas de pequeno porte.

A particularidade da atividade europeia em torno de armas leves é reveladora à sua própria maneira. A atual defesa de direitos e outras atividades relativas ao assunto do comércio e abuso de armas emanam de promotores de campanhas e especialistas com formação profissional no assunto da produção e comércio de armas, visando a todos os representantes de (seu) governo em foros onde são negociados acordos que poderiam vir a restringir os procedimentos para o comércio internacional de armas. Essas atividades não podem ser confundidas com as de um movimento de massa do calibre daquele que marchou pela Europa na era da guerra fria. O abuso de armas de pequeno porte em lugares remotos não é uma questão em torno da qual se pudesse construir um movimento de massa na Europa nos dias de hoje.

No entanto, armas leves, incluindo armas não-registradas de propriedade de civis, proliferam na Europa, mesmo em países considerados entre os mais seguros do mundo, como a Suíça e a Finlândia. Vários países europeus têm médias *per capita* mais altas no que tange à propriedade de armas por civis do que

países latino-americanos.¹⁶ A posse de armas por civis na Europa, contudo, ocorre em um contexto que a torna menos problemática do que é o caso no Brasil. Como o abuso de armas não é causa para grande preocupação pública, as leis européias relativas à venda e propriedade de armas estão sujeitas a procedimentos de revisão que não atraem nem a metade da atenção pública do que acontece no Brasil atualmente.

Os europeus tendem a ter armas feitas na Europa. Esses mesmos tipos de armas suscitam mais preocupação em alguns dos lugares para os quais são exportadas ou onde são produzidas sob contratos de licença, como a América Latina. Partes do Brasil representam um contexto que tolera o abuso de armas em uma escala altamente problemática. Esse contexto é desconhecido para os europeus, que parecem ter mais razões para confiar a seu Estado o monopólio legal do uso da violência, mesmo que parte do uso legal de armas seja terceirizada para empresas de segurança privadas que são, por sua vez, reguladas pelo Estado. No entanto, os civis europeus que possuem armas têm pouco incentivo para usar suas armas. Também são altas as chances de serem processados pela polícia e pelas autoridades judiciais caso empreguem armas de forma imprudente.

Conclui-se, com isso, que a Europa não oferece um exemplo praticável de um movimento para a atividade da sociedade civil relativa ao abuso de armas de pequeno porte, nem mesmo um exemplo de leis de eficácia comprovada para restringir a propriedade de armas. A ação da sociedade civil brasileira, contudo, pode se inspirar em conquistas européias na construção de sociedades que ofereçam um nível razoável de segurança e oportunidade para sobreviver em uma esfera econômica legal. A ação da sociedade civil no Brasil poderá, então, vir (também) a visar a fatores que contribuam para criar um contexto que se mostre perigoso para coincidir com a propriedade de armas por parte de civis. Uma direção possível para a ação seria estimular programas socioeconômicos a fim de ajudar a gerar opções alternativas para as pessoas que apresentam mais probabilidade de adotar uma trajetória de uso problemático de armas e uma atenção muito específica para a minoria muito pequena de moradores de favela cujo perfil corresponde ao que se vê envolvido atualmente em ações criminosas armadas. Uma outra linha de ação exigiria um combate à corrupção, incluindo a ação continuada para combater a que comprovadamente ocorre na polícia e

16 Os *Small Arms Surveys* (op. cit.) publicados anualmente pelo Instituto de Pós-Graduação de Estudos Internacionais de Genebra oferecem estimativas do número de armas não-registradas. As estimativas desta fonte relativas ao Brasil são mais elevadas do que as estatísticas apresentadas por RANGEL BANDEIRA; BOURGOIS, 2005.

em outras forças de segurança,¹⁷ e reformas que acabariam por dar a mais cidadãos brasileiros motivos para confiar às forças de segurança do Estado o monopólio legal do uso da violência.

A descrição da atividade da sociedade civil europeia relacionada ao desarmamento indicou que a atividade em massa no holofote brilhante não é a única maneira de induzir mudança. Foram dados exemplos de ações que tinham como alvos indivíduos, empresas e autoridades governamentais que comprovadamente contribuíam para o conflito armado. Verifica-se, muitas vezes, que tais alvos têm um “rabo” que a sociedade civil pode pegar ou atacar mediante instrumentos das Nações Unidas, da imprensa internacional e campanhas de defesa de direitos organizadas por ONGs, especialmente se todos estes atores colaboram por meio de alianças estratégicas e redes internacionais.

Organizações brasileiras podem ajudar a definir a ação da sociedade civil na Europa, cooperando com organizações como o IPIS. Quanto à atividade relativa a armas de pequeno porte, esta cooperação poderia tomar a forma de troca de informações sobre produção e mercados de armas, não só no Brasil, mas também em outras partes da América Latina onde fornecedores europeus de equipamentos de defesa estão e estiveram atuando. Esta informação é crucial para assegurar o controle sobre a aplicação de leis europeias sobre exportação de armas, um empreendimento para o qual contribuem ativamente várias ONGs da Europa.

O IPIS, por seu turno, pode contribuir com informações sobre mercados ilegais globais e tráfico de armas entre países para complementar a discussão que está acontecendo no Brasil atualmente. Esta perspectiva internacional pode não parecer natural ainda para habitantes de um país tão enorme quanto o Brasil. Por maior que seja este país, porém, ele termina em fronteiras, depois das quais começam outros regimes jurídicos que estabelecem diferentes possibilidades para obter armas, tanto em mercados legais quanto em mercados negros.

Quando colocado neste quadro mais amplo, o esforço brasileiro recentemente abortado para impedir civis de comprar legalmente em um mercado local e de possuir armas é apenas uma peça em um quebra-cabeça muito maior. Olhada desta forma, a expectativa de que regulamentações jurídicas para a posse de armas reduzam automaticamente a violência é colocada ao lado de outras peças no complexo quebra-cabeça, como, por exemplo, a consciência de que o Brasil continua sendo o segun-

17 Um inventário de casos em que forças de segurança do Estado foram vistas fornecendo (suas próprias) armas e munição a grupos criminosos no Rio de Janeiro é feito por WRIGHT, 2005, p. 36-41.

do maior mercado mundial para o consumo de cocaína¹⁸ e que seu território faz divisa com países que produzem cocaína. Essa economia específica de drogas é ilustrativa na medida em que acontece em completa ilegalidade. Contudo, ao declarar a produção, posse, venda e consumo de cocaína “ilegais”, ela não desaparece. Em vez disso, comprova-se que sua declarada ilegalidade torna a participação na venda de cocaína muito lucrativa. Em países onde muitos cidadãos têm poucas oportunidades para prosperar na margem socioeconômica que lhes é oferecida, alguns são tentados a participar em um comércio lucrativo, embora ilegal. Aqueles que acabam por participar tendem a defender sua posição nesta atividade ilegal com armas. O Brasil é apenas um dos muitos países onde o comércio com drogas ilegais coincide com o abuso de armas. Ele também é o país com um dos casos mais bem documentados de como certas “gangues” proeminentes, como o Comando Vermelho (CV), no Rio de Janeiro, viu seu poder e suas armas aumentar com a chegada da cocaína no início da década de 1980. Vê-se que gangues rivais que surgiram no Rio nas décadas seguintes estão atualmente todas participando no tráfico de drogas, como o faz o PCC, sediado em São Paulo, que, por sua vez, também está estreitamente vinculado com o famigerado CV do Rio.¹⁹

A cocaína, por seu lado, não é a única substância que pode ser contrabandeada para dentro do Brasil. Igualmente se mostra impossível reter a grande quantidade de armas leves que entram no País, pelos mais de 16 mil quilômetros de fronteiras que as autoridades brasileiras parecem não guardar bem. Isso inclui fronteiras com países a que se atribuem instituições extraordinariamente fracas para controlar a atividade de tráfico, como o Paraguai e o Suriname.²⁰ Também poderia causar preocupação o fato de que quase 20 mil ex-combatentes foram desmobilizados na Colômbia, nos últimos três anos. Mesmo crendo que todos esses combatentes desmobilizados entregaram todas as suas armas e que todas essas armas fossem efetivamente destruídas, o efeito de uma desmobilização em massa em um país vizinho

18 A prevalência do uso de cocaína no Brasil está entre as mais baixas no hemisfério americano quando é medida como média nacional (0,4%), mas sua população numerosa o torna, não obstante, como um grande mercado para o consumo de cocaína. Quando se examinam áreas específicas dentro do território brasileiro, as taxas médias de consumo são muito mais elevadas, especialmente entre os estratos sociais médio e alto. Nos Estados Unidos, uma prevalência elevada do uso de cocaína (3%) se combina com uma população maior ainda, tornando esse país o maior mercado consumidor de cocaína do mundo, de acordo com o *World Drug Report* de 2005 publicado pelo United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) (especialmente relevantes são os dados estatísticos no v. 2).

19 WRIGHT, 2005, p. 37.

20 A relevância do Suriname é destacada, mais uma vez, no artigo mencionado na nota anterior.

deve ser inserido no quadro mais amplo. Os vendedores de armas ilegais que costumavam suprir os grupos armados colombianos que agora estão sendo desmobilizados talvez transfiram suas atividades para o Brasil. É de esperar que estes comerciantes de armas tenham êxito, considerando-se as recentes restrições para a aquisição de armas de uma forma legal, pois talvez nem todos os proprietários em potencial de armas no Brasil se importem com o *status* legal de suas armas.

Esta última consciência sugere mais de uma interpretação de uma investigação feita no Rio que indicou que “72% de todas as armas de fogo apreendidas entre abril de 1999 e junho de 2005 tinham sido originalmente obtidas de forma legal e apenas mais tarde caíram nas mãos de criminosos”.²¹ Esta conclusão tinha levado algumas pessoas a sustentar que uma quantidade igual de armas ficaria fora das mãos de criminosos se os “cidadãos obedientes à lei” não mais tivessem permissão de adquirir armas, de modo que estas “armas legais” não pudessem ser roubadas deles e desviadas para um circuito criminoso. Chega-se a uma conclusão menos otimista quando se leva em consideração a bruta racionalidade econômica que podemos atribuir a oportunidades emergentes no mercado negro de armas. Enquanto a demanda for grande, este mercado negro encontrará fornecedores, custe o que custar e onde quer que estes suprimentos possam ser encontrados (se necessário, no exterior).

Referências

AZFAR, Omar. Corruption and Crime. In: Transparency International (ed.). *Global Corruption Report 2005*. London & Ann Arbor, MI: Pluto Press, 2005. p. 285-8.

BARAJAS SANDOVAL, Eduardo. Referendo de armas tomar. *El Espectador*, 3 nov. 2005.

CENTRE FOR HUMANITARIAN DIALOGUE. *Documents for the International Meeting on the Regulation of Civilian Ownership and Use of Small Arms in Rio* (16-8, March, 2005). Disponível em: <www.hdcentre.org/?aid=125>

COLLIER, Paul; HOEFLER, Anke. *Economic Causes of Civil Conflict and their Implications for Policy*. Washington: The World Bank, jun. 2000.

ELLIS. *The Social History of the Machine Gun*. Baltimore: John Hopkins University, 1975. 192 p.

GENEVA GRADUATE INSTITUTE FOR INTERNATIONAL STUDIES. *Small Arms Survey 2004 – Rights at Risk*. Oxford University Press, 2004. 335 p.

_____. *Small Arms Survey 2005 – Weapons at War*. Oxford University, 2005. 341 p.

HOGG, Ian; GANDER, Terry. *Jane's Gun Recognition Guide*. London: Collins, 2005. 464 p.

21 Rio Crime Thrives to Legal Gun Trade? Matéria noticiosa distribuída por meio da lista de *sawginfo*.

KALDOR, Mary. *New & Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. Cambridge: Polity, 1999. 192 p.

N. Rio Crime Thrives to Legal Gun Trade? Matéria noticiosa distribuída por meio da lista de *sawginfo*, início out. 2005.

PAX CHRISTI NEDERLAND. *The Kidnap Industry in Colombia: Is it Any of Our Business?* Utrecht, 2001. 120 p.

RANGEL BANDEIRA, Antônio; BOURGOIS, Josephine. *Armas de fogo – proteção ou risco?: guia prático – 100 perguntas e respostas*. Rio: Viva Rio, 2005. 252 p.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. *World Drug Report 2005*. New York: United Nations Publishers, 2005. 2 v.

VRANCKX, An. *European Arms Exports to Latin America*. Antwerp: IPIS, 2005. 50 p. Disponível em: <www.ipisresearch.be>

WITTNER, Lawrence S. The Power of Protest. *Bulletin of the Atomic Scientists*, p. 20-6, jul.-ago. 2004.

WOOD, Brian; PELEMAN, Johan. *The Arms Fixers: Controlling the Brokers and Shipping Agents*. Oslo: NISAT, BASIC & PRIO, 1999. Texto na íntegra disponível em: MACROBUTTON HtmlResAnchor http://www.nisat.org/default.asp?page=publications/pub_videos.htm

WRIGHT, Joanna. Firearms and Drugs Fuel Conflict in Brazil's Favelas. *Jane's Intelligence Review*, v. 17, n. 11, p. 36-41, nov. 2005.

[Traduzido por Geraldo Korndörfer e Luís M. Sander]

**Artigo enviado ao IHU
em 10 de outubro de 2005.**

TEMAS DOS CADERNOS IHU IDÉIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – Dr. José Nedel.
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Dra. Edla Eggert.
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – MS Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss.
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Jornalista Sonia Montañó.
- N. 04 *Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Prof. Dr. Luiz Gilberto Kronbauer.
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Dr. Manfred Zeuch.
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro.
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Profa. Dra. Suzana Kilpp.
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Profa. Dra. Márcia Lopes Duarte.
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Prof. Dr. Valério Cruz Brittos.
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo.
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Profa. Dra. Márcia Tiburi.
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Profa. Dra. Paula Caleffi.
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Profa. Dra. Edla Eggert.
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Prof. Dr. Gunter Axt.
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel.
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Profa. Dra. Débora Krischke Leitão.
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Prof. Dr. Mário Maestri.
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Profa. Dra. Maria da Conceição de Almeida.
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Profa. Dra. Helga Iracema Ladgraf Piccolo.
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Junior.
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Profa. Dra. Lucilda Selli.
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Prof. Dr. Paulo Henrique Dionísio.
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Prof. Dr. Valério Rodhen.
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Profa. Dra. Miriam Rossini.
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Profa. Dra. Nisia Martins do Rosário.
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – MS. Rosa Maria Serra Bavaresco.
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Profa. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco.
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes.
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde* – Porto Alegre, RS – Prof^o MS. José Fernando Dresch Kronbauer.

- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Prof. Dr. Juremir Machado da Silva.
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – Prof. Dr. André Gorz.
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay - Seus dilemas e possibilidades* – Prof. Dr. André Sidnei Musskopf.
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha.
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana.
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Profa. Dra. Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos.
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Prof. Dr. Airton Luiz Jungblut.
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho.
- N. 38 *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Prof. Dr. Luiz Mott.
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Prof. Dr. Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – MS Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Profa. Dra. Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Prof. Dr. Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva & Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Prof. Dr. Gérard Donnadiou
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Prof. Dr. Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Profa. Dra. Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Prof. Dr. Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Prof. Dr. Gérard Donnadiou.
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Prof. Dr. Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Prof. Dr. Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éliada Azevedo Hennington & Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Prof. Dr. Thomas Kesselring;
Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Prof. Dr. Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Prof. Dr. Fernando Haas

Cadernos IHU Idéias: Apresenta artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.



An Vranckx (1966) é natural de Antwerpen, Bélgica. É pesquisadora no Serviço de Informação Internacional Sobre a Paz (International Peace Information Service), desde 1999 e professora na Universidade da Antuérpia (Universiteit Antwerpen), desde 2001. É especialista em Direito Internacional e Europeu, 1990, mestre em Humanidades, 1988, e doutora em Humanidades (epistemologia, ciência cognitiva, lingüística, ciência da comunicação e análise do processo político), 1998, pela Universidade de Bruxelas (Vrije Universiteit Brussel). Sua tese intitula-se *Taal – en cognitieve studies in kennistheoretisch onderzoek van wetenschap voor beleid*.

Algumas publicações da autora

DE LOMBAERDE, Philippe; VRANCKX, An et al. EU Conflict Management in the Andean Region: the case of Colombia. In: SÖDERBAUM, Frederik; STALGREN, Patrick (ed.). *The European Union and the Global South*. Lynne Rienner Publishers, 2005.

European Arms Exports to Latin America. Antwerpen, IPIS research, Nov. 2004 & updated through 2005, 50p. (also available through www.ipisresearch.be).

Wetenschap voor beleid – een communicatieprobleem? Brussel: VUB Press, 2000, 310 p.

Contribution to The kidnap industry in Colombia. Is it any of our business? Utrecht, 2001, 120 p.

Science, Fiction and the Appeal of Complexity. In: AERTS, Diederik; GUTWIRTH, Serge; SMETS, Sonja; VAN LANGENHOVEN Luc, (ed.). *Science, Technology and Social Change*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1999. p. 283 – 301.

Information Aid and Forms of Belgian Post-colonial Science. In: SHINN, Terry; SPAAPEN, Jack; KRISHNA, Venni (ed.). *Science and Technology in a Developing World, Yearbook Sociology of the Sciences*, vol. 19. Dordrecht, Boston ; London: Kluwer Academic Publishers, 1997, p. 241- 62.